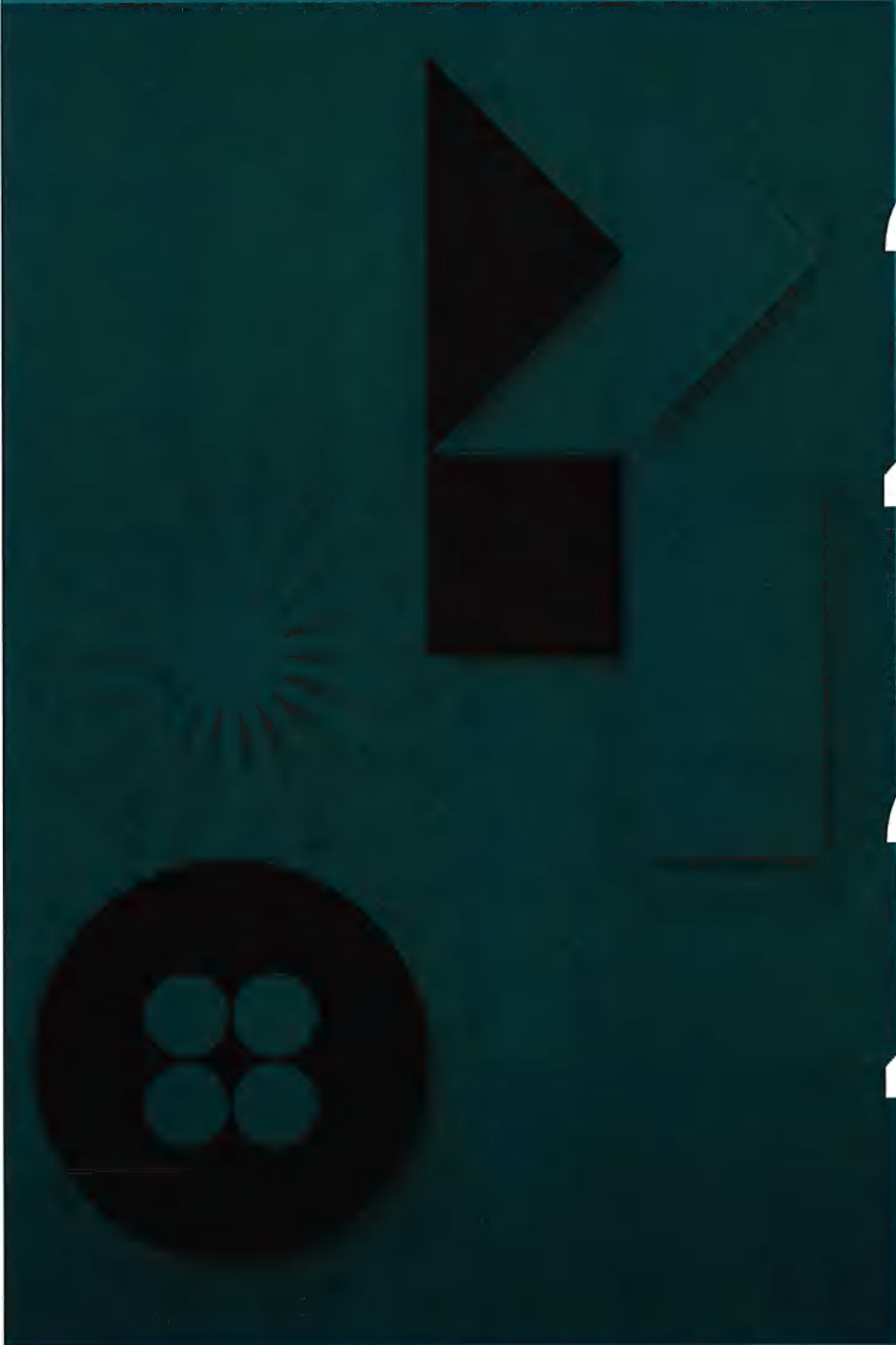


Relatório & Contas

31 de dezembro de 2025

minhocom



2025

Índice

Sobre a minhocom	3
A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração.....	4
1. Enquadramento macroeconómico	4
1.1. Quadro macroeconómico internacional	4
1.2. Quadro macroeconómico nacional	8
1.3. O setor das telecomunicações	10
2. Análise económico-financeira.....	17
2.1. Análise global do período de 2025.....	19
2.2. Principais Indicadores.....	21
3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período	21
4. Perspetivas futuras	21
5. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros	22
6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores	24
7. Ações próprias.....	24
8. Sucursais da sociedade	24
9. Proposta de aplicação de resultados	24
10. Informações exigidas por diplomas legais	24
11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	25
12. Impacto dos conflitos armados e da guerra comercial nas demonstrações financeiras	25
13. Nota final	26
B) Órgãos Sociais	27
C) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração	28
D) Demonstrações Financeiras	28
Balanço individual em 31 de dezembro de 2025.....	29
Demonstração individual dos Resultados por Naturezas – período findo em 31 de dezembro de 2025.....	30
Demonstração individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2025	31
Demonstração individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2024	32
Demonstração individual de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025	33
Anexo em 31 de dezembro de 2025	34
E) Certificação Legal das Contas	58
F) Relatório e Parecer do Fiscal Único	60

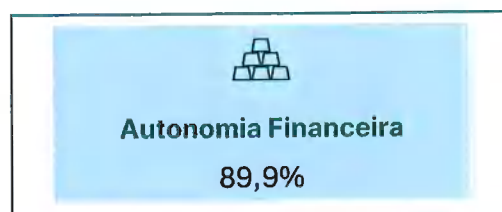
Sobre a minhocom

A Minhocom EIM é a empresa criada no âmbito do projeto da Rede Comunitária Intermunicipal do Vale do Minho, num modelo de parceria público-privada.

O conceito que a Minhocom adotou é o de um "operador de operadores", disponibilizando oferta grossista aos operadores de comunicações eletrónicas devidamente registados para operar em Portugal, com o objetivo de combater a infoexclusão e contribuir para o desenvolvimento económico e social da comunidade local.

Principais Indicadores

Financeiros



Operacionais



A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2025.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da **minhocom**, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1. Quadro macroeconómico internacional

A economia mundial manteve um crescimento resiliente em 2025, num contexto marcado pelo aumento de direitos aduaneiros e por uma redução da incerteza, na sequência dos recentes acordos comerciais entre os Estados Unidos da América (EUA) e os seus principais parceiros. De acordo com as projeções do Banco Central Europeu (BCE), o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresce a uma taxa anual de 3,1% em 2025 e 2,8% em 2026, recuperando para 3% em 2027. Apesar da elevada incerteza internacional e das tensões geopolíticas globais, a economia mundial manteve-se forte, refletindo a antecipação das empresas ao aumento das tarifas americanas, que se traduziu no reforço do comércio mundial e no maior dinamismo do investimento, num contexto de melhoria de condições de financiamento. As pressões desinflationistas prosseguiram na generalidade das economias avançadas em resultado da desaceleração, dos preços, da energia e da inflação subjacente. Os mercados financeiros recuperaram e assistiu-se a uma maior divergência da política monetária entre os dois lados do Atlântico, contribuindo para a apreciação do euro face ao dólar.

Os indicadores mais recentes sugerem uma recuperação da Ásia (China e Japão) no final do terceiro trimestre de 2025, e uma expansão mais moderada dos EUA, sinalizando algum enfraquecimento do mercado de trabalho. Assim sendo, o PIB da economia norte-americana apresentou um crescimento mais moderado em 2025, em resultado de uma procura interna menos robusta e de um contributo mais negativo nas exportações líquidas para o PIB. Quanto à evolução da economia da China, o PIB registou um crescimento de 5,3% em termos homólogos, devido sobretudo à aceleração da produção industrial e ao desempenho positivo da atividade exportadora. O declínio das exportações destinadas aos EUA, em resultado da forte subida das tarifas impostas a este país, levou ao redirecionamento do comércio com outras geografias, como os restantes países asiáticos e a União Europeia.

A economia da área do euro recuperou para um crescimento de 1,5%, assente num crescimento mais robusto de Espanha, associado ao desempenho positivo dos serviços (principalmente no turismo), e mais fraco na Alemanha, França e Itália.

Indicadores Macroeconómicos	2023	2024	2025 ^(e)
PIB:			
EUA	2,9	2,9	2,3
União Europeia	0,4	1,1	1,6
Área Euro	0,4	0,9	1,5
Japão	1,2	0,1	1,1

Fonte: GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) – estimativa

As pressões desinflationistas prosseguiram nas economias avançadas, com exceção do Japão, aumentando os receios de uma deflação na China. A inflação manteve uma trajetória descendente ao longo de 2025. De entre os países mais industrializados, é de referir que a taxa de inflação dos EUA desacelerou para 2,6%, em média, no decorrer de 2025 (média de 2,9% em 2024), não refletindo ainda um impacto significativo do aumento das tarifas. Na área do euro, após o pico atingido em finais de 2022, a taxa de inflação tem prosseguido o caminho descendente (de 8,4% em 2022 para 2,4% em 2024), situando-se atualmente em torno de 2,1%, coincidindo com o objetivo de longo prazo do BCE.

Indicadores Macroeconómicos	2023	2024	2025 ^(e)
Inflação:			
EUA	4,1	2,9	2,6
União Europeia	6,4	2,6	2,5
Área Euro	5,4	2,4	2,1
Japão	3,3	2,7	3,0
Taxa de Desemprego:			
EUA	3,6	4,0	4,4
União Europeia	6,1	6,0	6,0
Área Euro	6,6	6,4	6,3
Japão	2,6	2,5	2,6
Índice de Produção Industrial:			
EUA	0,2	-0,3	0,9
União Europeia	-1,3	-2,4	2,2
Área Euro	-1,6	-3,1	1,4
Japão	-1,4	-3,0	1,6

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) – estimativa

O preço médio do petróleo *Brent* reduziu para 70 USD/bbl (63€/bbl) no decorrer do ano de 2025. Apesar da manutenção das tensões no Médio Oriente, o preço do petróleo *brent* tem vindo a diminuir, devido ao aumento da produção desta matéria-prima, na sequência da decisão das últimas reuniões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (OPEP+) em reverter o corte de produção decidido em 2023 (de 2,2 milhões de barris).

Matérias-primas	2023	2024	2025
Petróleo Brent USD/Barril (1)	82,2	79,8	70,0

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD

Os mercados financeiros internacionais recuperaram significativamente, mas continuaram voláteis e dominados pela incerteza geopolítica e pelas tensões comerciais globais. Após o anúncio do acordo comercial entre a União Europeia (UE) e EUA, os índices bolsistas recuperaram acentuadamente na área do euro para um crescimento acumulado de quase 14% em 2025, enquanto nos EUA apresentaram um crescimento mais moderado de 9% (valorização de quase 8% e de 13%, respetivamente, em 2024).

Ao longo do ano de 2025, observou-se uma maior divergência de orientação da política monetária entre os dois lados do Atlântico. A política monetária da área do euro e de outros bancos centrais europeus tem seguido uma orientação menos restritiva ao longo de 2025. O BCE reduziu as taxas de juro diretoras em 100 pontos base (p.b.) em 2025, com as taxas das operações principais de refinanciamento e de facilidade permanente de depósito a situarem-se em 2,15% e 2%, respetivamente. Nos EUA, a Reserva Federal baixou as taxas de juro diretoras (*fed funds*) em 75 p.b., para se situarem no intervalo entre 3,50% e 3,75%, no final do ano de 2025.

Taxas de Juro Referência	2023	2024	2025
Área do Euro	4,50	3,15	2,15
EUA	5,25 a 5,50	4,25 a 4,50	3,50 a 3,75
Japão	-0,10	0,15 a 0,25	0,40 a 0,50
Reino Unido	5,25	4,75	4,00

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Assim, no final de dezembro de 2025, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 2,06%, 2,12% e 2,24%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo diminuíram para 3,69% no final de 2025.

Taxas de Juro Mercado Monetário	2023	2024	2025
Zona Euro			
Ester	3,91	2,92	1,92
Euribor 1 mês	3,86	2,99	1,96
Euribor 3 meses	3,91	2,92	2,06
Euribor 6 meses	3,86	2,68	2,12
Euribor 12 meses	3,53	2,43	2,24
EUA			
SOFR 3 meses	5,35	5,32	3,69
Reino Unido			
SONIA 3 meses	5,19	4,70	3,63
Japão			
TONAR 3 meses	-0,04	0,23	0,73

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

A maior divergência de orientação da política monetária entre os dois lados do Atlântico tem levado a uma apreciação significativa do euro face ao dólar, o qual se situou em 1,175 no final de dezembro de 2025, representando uma valorização de 14% face ao final de 2024 (1,039).

Divisas	2023	2024	2025
EUR/USD	1,105	1,039	1,175
EUR/JPY	156,33	162,87	184,09
EUR/GBP	0,869	0,829	0,873
EUR/CHF	0,926	0,941	0,931

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

Concluindo, o enquadramento internacional e financeiro aporta riscos para a atividade económica mundial, nomeadamente: a manutenção dos conflitos associados à invasão da Ucrânia pela Rússia e no Médio Oriente, e o aumento das tensões comerciais entre os EUA e os seus parceiros, nomeadamente através da imposição de tarifas alfandegárias mais elevadas.

1.2. Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa apresentou um desempenho favorável em 2025, sustentado por um forte dinamismo da procura interna, nomeadamente do consumo privado e do investimento. A atividade económica em Portugal deverá crescer 1,9% em 2025, 2,2% em 2026 e 1,7% em 2027. A inflação deverá estabilizar em valores em torno dos 2% no horizonte da projeção. A economia portuguesa tem enfrentado uma sucessão de choques externos, que incluem tensões comerciais e geopolíticas, e conflitos armados. O desempenho relativamente favorável no quadro da área do euro deverá continuar no horizonte de projeção, assente na robustez do mercado de trabalho, na capacidade de adaptação e inovação das empresas e na orientação da atividade para os serviços. As políticas monetária e orçamental também favorecem o crescimento da procura interna.

A evolução da procura interna refletiu a melhoria do crescimento do investimento e do consumo privado. O consumo privado deverá ter um contributo médio de 3,3 p.p. em 2025. Após o dinamismo excecional de 2024, o rendimento disponível real das famílias terá aumentos mais moderados em 2025-2027. Esta evolução reflete um arrefecimento do mercado de trabalho e o impacto desfasado das medidas orçamentais. A taxa de poupança diminui no horizonte de projeção, traduzindo a hipótese de dissipação da incerteza e o alisamento do perfil de consumo. Prevê-se que em 2027, a taxa de poupança se mantenha acima da média da década de 2010 (11,4% e 7,9%, respetivamente), num ambiente de taxas de juro mais elevadas.

Indicadores Macroeconómicos	2023	2024	2025 ^(e)
Despesa e PIB			
– Consumo Privado	2,4	3,0	3,3
– Consumo Público	1,8	1,5	1,6
– FBCF	6,0	4,2	3,0
– Exportações	4,3	3,1	1,1
– Importações	2,3	4,8	4,7
– PIBpm	3,1	2,1	1,9
Inflação	5,3	2,7	2,2
Índice de Produção Industrial - IT	-3,6	0,5	-0,9
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	-3,3	-0,8	2,8
Índice PSI 20	11,7	-0,3	26,4
Taxa de Desemprego	6,5	6,4	6,2

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal

Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego

(e)- Estimativa

O investimento deverá crescer 3% em 2025, com um perfil diferenciado entre as componentes pública, de habitação e empresarial. O dinamismo do investimento público deverá destacar-se em 2025-2026, seguido de uma queda em 2027, com o fim do período de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Para a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) contribuíram, em sentido positivo, o investimento em construção, em produtos de propriedade intelectual e em outras máquinas e equipamentos.

No mercado de trabalho, projeta-se um abrandamento do emprego e uma estabilização da taxa de desemprego em valores baixos. Esta dinâmica reflete aumentos contidos da taxa de atividade e da população em idade ativa. O crescimento populacional continuará a ser sustentado pela entrada no país de mão-de-obra estrangeira, embora com fluxos gradualmente menores. Neste contexto de crescimento modesto da população ativa e do emprego, a taxa de desemprego deverá fixar-se numa média de 6,2%, em 2025. A atividade e o emprego nos serviços cresceram mais do que nas outras atividades. Este processo de terciarização acompanha o desenvolvimento da generalidade das economias. Dado que os serviços são tipicamente menos voláteis do que as outras atividades, este fator torna a economia portuguesa mais resistente a choques.

A inflação aproxima-se do objetivo de estabilidade de preços do BCE, diminuindo para 2,2% em 2025. A apreciação do euro e a redução dos preços internacionais das matérias-primas geraram pressões desinflacionistas. A redução do preço do petróleo em dólares face a 2024 e o abrandamento da atividade global também contribuíram para moderar a inflação de origem externa.

A economia portuguesa está em melhores condições do que no passado para absorver choques, mas existem riscos importantes no horizonte. Um agravamento das tensões comerciais e geopolíticas implicaria perturbações nas cadeias de abastecimento globais, com efeitos negativos no comércio mundial e na procura externa dirigida a Portugal. As tensões comerciais e geopolíticas podem levar ao aumento dos preços das matérias-primas, em particular das energéticas, cujo efeito inflacionista seria reforçado em caso de aumentos de direitos aduaneiros mais generalizados, incluindo por parte da UE. Se estas tensões se intensificarem, os efeitos sobre a confiança e os mercados financeiros e cambiais serão mais adversos, gerando uma recessão global, com impacto negativo sobre a inflação.

Concluindo, a existência de desafios ao crescimento da economia portuguesa reforça a importância das políticas e reformas estruturais. Para além de uma conjuntura volátil, os desafios demográficos, as transições climáticas e energética, bem como o desenvolvimento e utilização das novas tecnologias digitais são desafios incontornáveis e globais. Para aumentar o bem-estar material, ambiental e social da população é crucial que se estimule o investimento em capital físico e humano, promovendo a sua qualidade e inovação. A previsibilidade das políticas e a continuação da redução sustentada dos rácios de endividamento das empresas, famílias e administrações públicas são

também condições necessárias para a estabilidade macroeconómica e para o crescimento sustentável.

1.3. O setor das telecomunicações

O setor das telecomunicações, a nível mundial, registou, em 2025, uma faturação global aproximada de 1.532 mil milhões de dólares, de acordo com a consultora *International Data Corporation* (IDC), o que representa um crescimento de 1,7% face a 2024, ainda que 0,7 pontos percentuais inferiores ao verificado no ano anterior.

A consultora IDC projeta que o mercado global de serviços de conectividade deverá crescer a uma taxa anual composta (indicador CAGR) de 1,5% ao longo dos próximos cinco anos.

Num contexto desafiante, os operadores têm vindo a reforçar o foco na eficiência operacional e na simplificação de processos. Paralelamente, observa-se crescente tendência para consolidação, realinhamento organizacional e investimentos estratégicos como fatores críticos para assegurar a rentabilidade e o sucesso sustentado no longo prazo.

O crescimento das receitas continua a ser liderado pelo segmento móvel e pelos serviços de dados, enquanto voz fixa e televisão paga enfrentam declínio. Os serviços de banda larga móvel mantêm expansão constante. A penetração global de internet aproxima-se dos 74%, com desigualdades persistentes em países de baixo rendimento e zonas rurais, evidenciando a necessidade de políticas e investimentos para reduzir a "digital divide".

A nível nacional, o setor das telecomunicações ficou marcado pelos seguintes desenvolvimentos:

- ✓ A adjudicação dos vários lotes do concurso das Zonas Brancas a empresas do grupo **dst** telecomunicações, confirmando o relatório preliminar do Júri do concurso no final de 2024. No seguimento desta decisão de adjudicação, o outro concorrente apresentou uma ação administrativa de contencioso pré contratual com efeitos suspensivos sobre o ato de adjudicação sobre a qual ainda não existe desfecho;
- ✓ O mercado registou bastante dinamismo com um destaque para um crescimento da representatividade das marcas *low-cost*;
- ✓ A NOS adquiriu a Claranet Portugal por 152 M€, reforçando serviços de TI ao setor empresarial;
- ✓ A MEO e a operadora grossista espanhola AXENT anunciaram a interligação das suas redes de fibra ótica na fronteira sul entre Portugal e Espanha, garantindo serviços de multi-capacidade;
- ✓ A MEO anunciou, em março de 2025, ter sido o primeiro operador no país a testar o envio de mensagens de texto e a realização de chamadas de voz utilizando a tecnologia *Satellite Direct-to-Device* (D2D), tendo os testes sido realizados em parceria com a *Lynk Global*, numa zona remota da

ilha de São Miguel, nos Açores, utilizando as frequências da rede móvel da MEO e telemóveis convencionais ligados diretamente aos satélites da *Lynk*;

- ✓ A IP Telecom foi adjudicatária, pelo governo português, do contrato de concessão por 28 anos do sistema de cabos atlânticos de Portugal, no valor de 155,9 milhões de euros, para operar, manter e explorar o sistema *CAM Ring*. O novo sistema de cabos submarinos, com uma extensão total de 3.812 km, 6 pares de fibra e uma capacidade total estimada de 150Tbps, foi concebido para ligar o continente às ilhas dos Açores e da Madeira até 2052;
- ✓ O Governo português publicou uma Resolução que atribui à Infraestruturas de Portugal o mandato para desenvolver estudos com vista ao lançamento do procedimento de contratação e à implementação do *Azores Ring*, outro sistema de cabos submarinos entre todas as ilhas dos Açores, incluindo a interligação ao sistema *CAM Ring*;
- ✓ A 28 abril de 2025, uma avaria elétrica afetou várias regiões de Portugal, Espanha e Sul de França. A ANACOM monitorizou o impacto, ativou um Gabinete de Crise e coordenou a resposta do setor. Enquanto os serviços de internet fixa, rádio e televisão se mantiveram operacionais na maioria dos casos, as redes móveis sofreram interrupções devido à autonomia limitada de algumas estações base. O episódio evidenciou a necessidade de reforçar sistemas críticos, como UPS de maior autonomia, ligações redundantes e soluções complementares (ex.: comunicações por satélite), bem como evoluir o sistema de aviso à população e diversificar as rotas da telefonia de emergência;
- ✓ De acordo com dados da *Ookla*, durante o corte de energia de abril de 2025 na Península Ibérica, a rede da MEO revelou-se a mais resiliente, graças aos seus sistemas de alimentação de reserva, enquanto mais de um terço dos utilizadores móveis em Portugal ficou sem serviço no pico da interrupção, sendo a rede da *DIGI* a mais afetada;
- ✓ A Start Campus inaugurou em Sines o primeiro edifício do maior centro de dados de Portugal, com capacidade inicial de 26 MW, escalável até 1,2 GW, num projeto privado com investimento superior a 8,5 mil milhões de euros;
- ✓ A AtlasEdge, fornecedor de centros de dados com sede no Reino Unido, inaugurou o seu primeiro *Data Center* em Portugal e irá expandir a sua atividade com dois centros de dados adicionais e adjacentes, também em Carnaxide, com um investimento total previsto de 500 milhões de euros;
- ✓ A *Asterion Industrial Partners*, uma sociedade de investimento independente focada em infraestruturas do segmento intermédio no mercado europeu, anunciou a sua entrada no mercado português de centros de dados com a aquisição do Covilhã *Data Center Campus* à Altice Portugal por 120 milhões de euros;
- ✓ A Vodafone anunciou em junho de 2025 que alcançou a cobertura de 5 milhões de lares em Portugal com FTTH, o que representa 80% do total de lares e empresas a nível nacional. Segundo a operadora, o seu número de clientes de serviços fixos ultrapassa 1 milhão em Portugal;
- ✓ Em janeiro de 2025, a Vodafone realizou a primeira videochamada móvel via satélite do mundo, usando telemóveis convencionais e os satélites *BlueBird* LEO da *AST SpaceMobile*, com velocidades

até 120 Mbps. O objetivo era lançar o primeiro serviço comercial de banda larga via satélite direta para smartphones na Europa entre o final de 2025 e 2026;

✓ A Vodafone anunciou que concluiu com sucesso a transição gradual dos seus restantes clientes ADSL em Portugal, proporcionando-lhes uma experiência de utilização de maior qualidade e fiabilidade, com migração para tecnologias como FTTH e 5G FWA, e desmantelamento das 179 centrais após a conclusão da migração.

Do ponto de vista regulatório, em 2025, também se verificaram alguns eventos a destacar:

✓ A ANACOM lançou uma consulta pública sobre as linhas estratégicas para 2026-2028, com foco em promover conectividade e concorrência, incluindo avaliação de preços de acesso a infraestruturas de fibra e disponibilização de espectro nas bandas 26 GHz, 42 GHz e 3,8-4,2 GHz. O regulador também demonstrou intenção de renovar licenças de espectro por 15 a 20 anos, garantindo previsibilidade de investimento;

✓ Portugal avançou no setor espacial com a primeira licença para operação de um "porto espacial" nos Açores, atribuída à *Atlantic Spaceport Consortium*, permitindo voos sub-orbitais a partir da ilha de Santa Maria.

A nível operacional, e analisando os dados abaixo publicados pela Autoridade Nacional de Comunicações, no que diz respeito ao número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes no final do terceiro trimestre de 2025, em relação ao mesmo período ano anterior.

Evolução do número de clientes residenciais com acesso a Redes de Alta Velocidade

NUTS II	3T 2024	3T 2025	Var 3T 2025/ 3T 2024 (%)
	N.º de Clientes Residenciais	N.º de Clientes Residenciais	
NORTE	1.184	1.225	3,4
CENTRO	561	583	3,9
OESTE E VALE DO TEJO	288	297	3,0
A.M. LISBOA	863	879	1,8
PENÍNSULA DE SETÚBAL	343	351	2,5
ALENTEJO	136	141	3,5
ALGARVE	196	213	8,7
R.A. AÇORES	85	87	2,1
R.A. MADEIRA	93	96	3,4
TOTAL	3.750	3.872	3,3

Unidade: Milhares de agregados domésticos privados (famílias), %

Fonte: ANACOM

Tal como se pode constatar pela análise do quadro acima, no terceiro trimestre de 2025 (3T2025), o número de clientes residenciais que dispunham de serviços de alta velocidade em local fixo ascendeu a cerca de 3,87 milhões, mais 3,3% do que o registado em igual período do ano anterior. Conforme informação disponibilizada pela ANACOM, cerca de oito em cada dez clientes residenciais de redes de alta velocidade contrataram um serviço suportado em redes de fibra ótica (FTTH).

Dado o posicionamento da **minhocom** no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis pela sua rede.

O número de assinantes foi de 4,7 milhões, mais 34 mil do que no mesmo período do ano anterior. O ritmo de crescimento do número de assinantes deste serviço abrandou, registando-se o crescimento anual (+0,8%) mais baixo desde 2006. O crescimento do serviço deveu-se às ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH), que registaram mais 180 mil assinantes face ao ano anterior (+5,9%), atingindo 3,2 milhões de assinantes. Este crescimento resultou não só da captação de novos clientes, mas também da transferência para FTTH/B de clientes que anteriormente se encontravam suportados noutras redes. No entanto, trata-se do crescimento anual mais baixo desde o surgimento desta tecnologia (em 2007).

A tabela seguinte detalha estes efeitos.

Número de assinantes de TV por Subscrição

- por tecnologia -

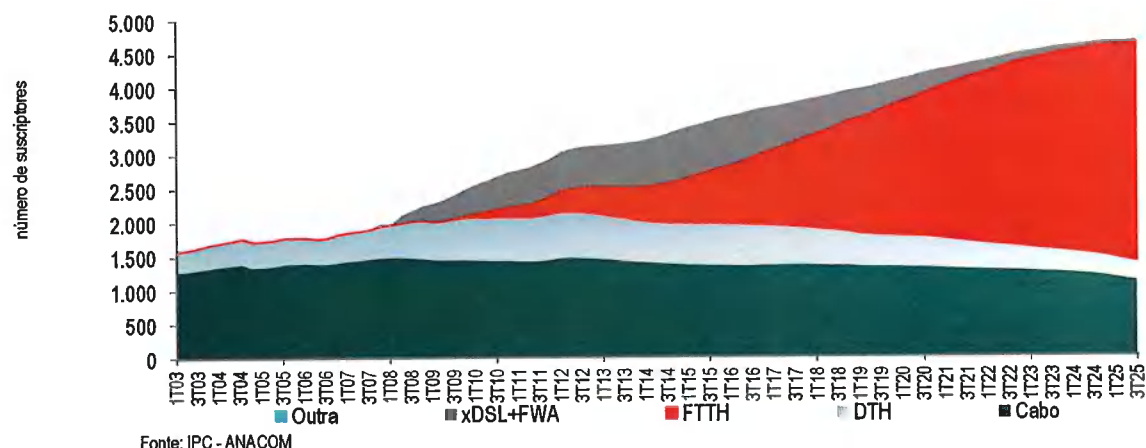
	3T24	3T25	Δ (%)
Cabo	1.200	1.106	-7,9%
DTH	308	281	-8,9%
FTTH	3.055	3.236	5,9%
xDSL+FWA	73	50	-32,3%
Outro	1	1	n.a.
Total	4.637	4.673	0,8%

Unidade: Milhares de assinantes

Fonte: Anacom

Desde 2018 a tecnologia FTTH tem sido a principal forma de acesso a este serviço, como se pode apreciar no gráfico seguinte. No terceiro trimestre de 2025, a tecnologia FTTH suportou 69,2% do total de assinantes, seguindo-se a TV por cabo (23,7%), a TV via satélite – DTH (6,0%) e o ADSL (1,1%).

Evolução histórica das tecnologias de suporte da TV por Subscrição



No final do 3T2025, a MEO foi o prestador com a quota de assinantes do serviço de distribuição de sinais de TV por subscrição mais elevada (42,0%), seguindo-se o Grupo NOS (35,8%), a Vodafone (19,3%) e o Grupo DIGI / NOWO (2,7%). A MEO foi o prestador que, em termos líquidos, mais assinantes capturou face ao mesmo período do ano anterior, tendo as quotas aumentado 0,1 p.p. Por outro lado, diminuiu a quota do Grupo NOS (-0,3 p.p.).

Quotas do serviço de distribuição de sinais de TV por Subscrição

Operador	3T2024	3T2025	Δ (p.p.)
MEO	41,9	42,0	0,1
Grupo NOS	36,1	35,8	-0,3
NOS Comunicações	33,8	33,4	-0,4
NOS Madeira	1,6	1,6	0,0
NOS Açores	0,8	0,8	0,0
Vodafone	19,3	19,3	0,0
Grupo DIGI / NOWO	0,0	2,7	2,7
NOWO	0,0	2,1	2,1
DIGI	0,0	0,6	0,6
Cabovisão / NOWO	2,6	0,0	-2,6
Outros prestadores	0,1	0,1	0,0

Unidade: %

Fonte: ANACOM

Em relação ao número de clientes de acesso à Internet em local fixo, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o número de acessos de banda larga fixa aumentou em 105 mil acessos (+2,2%), tendo atingido 4,8 milhões.

A fibra ótica (FTTH/B) foi a principal forma de acesso à Internet em banda larga fixa, atingindo 71,4% do total de acessos, mais 3,3 p.p. do que no 3T2024. A FTTH foi também responsável pelo crescimento do número de acessos. Nos últimos 12 meses, o número de acessos suportados em fibra ótica aumentou em 230 mil acessos (+7,2%). Os acessos suportados em redes de TV por cabo diminuíram 7,6%, representando 22,1% do total. Os acessos fixos suportados nas redes móveis diminuíram 6,3%, tendo um peso de 4,6% (-0,4 p.p.). Os acessos ADSL mantiveram a tendência decrescente, tendo diminuído 30,7%, substituídos por acessos de nova geração. O ADSL representa 1,4% do total de acessos (-0,7 p.p.), conforme se pode analisar na tabela abaixo.

Número de acessos à Internet em local fixo

	3T2024	3T2025	Δ %
Total de acessos, dos quais:	4.686	4.791	2,2%
Acessos FTTH/B	3.189	3.419	7,2%
% do Total de banda larga fixa	68,1%	71,4%	
Acessos modem cabo	1.145	1.058	-7,6%
% do Total de banda larga fixa	24,4%	22,1%	
Acessos ADSL	100	69	-30,7%
% do Total de banda larga fixa	2,1%	1,4%	
Acessos de Rede Móvel (GSM/UMTS/LTE/...)	236	221	-6,3%
% do Total de banda larga fixa	5,0%	4,6%	
Outros acessos	16	24	47,0%
% do Total de banda larga fixa	0,3%	0,5%	

Unidade: Milhares de acessos, %

Fonte: ANACOM

Nos mercados do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa, estão presentes quatro entidades com quotas de subscritores relevantes: a MEO (41,0%), o Grupo NOS (33,4%), a Vodafone (21,7%) e Grupo DIGI / NOWO (3,1%). Em comparação com o trimestre homólogo, as quotas da MEO e do Grupo NOS diminuíram 0,3 p.p., enquanto a quota da Vodafone diminuiu 0,2%. A MEO foi o prestador que captou mais acessos em termos líquidos.

A quota de mercado em número de acessos detida por cada um dos operadores apresenta-se no quadro a seguir.

Quotas de acessos à Internet em local fixo

Operador	3T2024	3T2025
Grupo Altice (MEO)	41,3	41,0
Grupo NOS	33,7	33,4
NOS Comunicações	31,5	31,3
NOS Madeira	1,5	1,5
NOS Açores	0,7	0,7
Vodafone	21,9	21,7
Grupo DIGI / NOWO	-	3,1
NOWO	-	2,5
DIGI	-	0,2
Cabovisão / NOWO	2,6	0,0
Outros prestadores	0,5	0,7

Unidade: %

Fonte: ANACOM

No 3T2025, 93,4% dos acessos de banda larga fixa eram acessos de banda larga ultrarrápida (i.e., velocidade de *download* superior ou igual a 100 Mbps), tendo os acessos com velocidades iguais ou superiores a 1 Gbps ascendido a 33,2%. Em termos internacionais, de acordo com os dados mais recentes disponíveis, em julho de 2024, Portugal era o quarto país da UE27 com a maior proporção de acessos com velocidades de *download* iguais ou superiores a 100 Mbps (91,6%), segundo a Comissão Europeia.

No final do 3T2025, de acordo com a informação reportada pelos operadores, o número de estações de base instaladas no território nacional com tecnologia 5G, ascendia a 14.890 estações. Tal representa um acréscimo de 40,6% do número de estações face ao terceiro trimestre de 2024.

Analisando os dados por operador, a Vodafone é aquele que instalou mais estações de base 5G (5.273), sendo seguido pela NOS (4.768), pela DIGI (2.581) e pela MEO (2.268). No que respeita à variação do número de estações instaladas por operador, face ao ano anterior, a MEO cresceu 47,7% (+732 estações), a Vodafone aumentou 23,3% (+997 estações) e a NOS diminuiu 0,3% (-12 estações).

Verifica-se que continua a existir uma maioria de estações 5G (62,4% do total, correspondendo a 9.288 estações) localizadas em Áreas Predominantemente Urbanas. Adicionalmente, apurou-se que cerca de 14,0% (2.091 estações) estão instaladas em Áreas Mediamente Urbanas e 23,6% (3.511 estações) em Áreas Predominantemente Rurais.

Adicionalmente, a nível operacional, e analisando os dados publicados pela Autoridade Nacional de Comunicações, no que diz respeito ao serviços *over-the-top* (OTT), em 2024, cerca de 85,6% dos utilizadores com acesso à Internet efetuaram chamadas de voz ou vídeo *online*, mais 1,4 p.p. do que

em 2024. Portugal continuou acima da média da UE27 (+5,0 p.p.), ocupando a 8.^a posição do *ranking* da utilização deste tipo de serviços.

A taxa de penetração de *instant messaging* atingiu 93,5% e a subscrição *videostreaming* pago atingiu de 42,8% dos utilizadores de Internet. Entre outros serviços *over-the-top*, destacam-se a pesquisa de informação sobre produtos ou serviços (85%), a troca de *e-mails* (87,9%) a leitura de notícias de jornais e revistas *online* (80,5%) e o acesso às redes sociais (78,8%) com elevados níveis de participação entre os utilizadores de Internet em Portugal em 2025.

Por fim, no que respeito ao setor, é a destacar o Plano Plurianual de Atividades da ANACOM 2026-2028 integra as orientações estratégicas e as principais ações que serão realizadas nesse período, com relevo para as relativas a 2026. A atuação da ANACOM assenta nos seguintes objetivos:

- Assegurar uma regulação evolutiva que promova a conectividade e mercados concorrenciais e dinâmicos;
- Capacitar e proteger os utilizadores finais;
- Promover o desenvolvimento dos ecossistemas digital e espacial;
- Promover a inovação dos procedimentos associados à gestão dos bens públicos indispensáveis às comunicações;
- Promover a segurança e resiliência das comunicações e do ecossistema digital;
- Reforçar e capacitar a organização e fortalecer o seu reconhecimento externo.

Estas orientações estratégicas visam reforçar a eficácia no cumprimento da missão da ANACOM, essencial para o desenvolvimento sustentado do sector das comunicações, de modo a ir ao encontro das necessidades de todos os utilizadores e defesa dos direitos dos cidadãos.

2. Análise económico-financeira

A **minhocom**, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM, doravante designada por "**minhocom**", ou "entidade", foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de "*Equal Access Networks*", no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

Em 2025, a atividade da empresa decorre num contexto económico global de crescimento moderado e elevada incerteza, marcado pelo aumento do protecionismo, pelas tensões geopolíticas e pela desaceleração das principais economias. As projeções apontam para um crescimento global em torno de 2,3%, com a inflação ainda acima das metas em várias economias avançadas, apesar da tendência de estabilização.

A economia portuguesa mantém um desempenho resiliente, sustentado pela procura interna, prevendo-se um crescimento do PIB de 1,9% em 2025, apoiado na recuperação do investimento, na criação de emprego e na melhoria do rendimento disponível das famílias, num contexto de inflação em desaceleração. Pelo conjunto de indicadores económicos — crescimento acima da média europeia, inflação controlada e desempenho do mercado de trabalho — Portugal foi distinguido como “Economia do Ano 2025” pela revista britânica *The Economist*, liderando o *ranking* das principais economias desenvolvidas.



A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela **minhocom** assume a configuração nos municípios constante na imagem e abrange os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

- **Custos de exploração**

O normal funcionamento da atividade da **minhocom** implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, através de sinergias criadas com um dos seus acionistas, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

- **Tecnologia**

Apesar de o cliente de retalho ser agnóstico relativamente à tecnologia que suporta a prestação do serviço, o mesmo não se verifica no caso dos operadores de telecomunicações. Sendo a **minhocom** um operador *wholesale*, as opções tecnológicas assumem um papel fundamental na sua estratégia de diferenciação. Assim, a entidade continuará a acompanhar as tendências do mercado, de forma a complementar as funcionalidades existentes, alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços e melhorar o seu desempenho.

Em linha com o seu excelente registo histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a **minhocom** se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente

alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

- **Comercial e marketing**

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais.

O seu portefólio de serviços tem permitido à **minhocom** ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade.

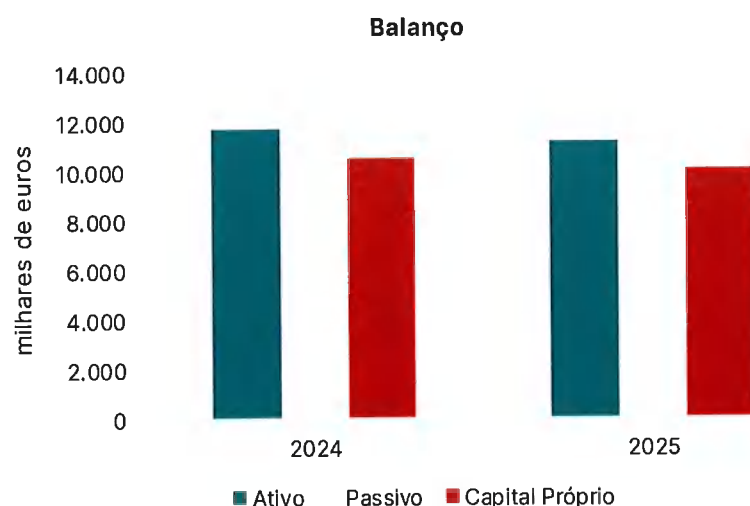
Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.1. *Análise global do período de 2025*

À semelhança do observado no período anterior, a 31 de dezembro de 2025, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis (11 milhões de euros), os saldos a receber de Clientes (76,7 mil euros) e Caixa e depósito bancários (40,0 mil euros).

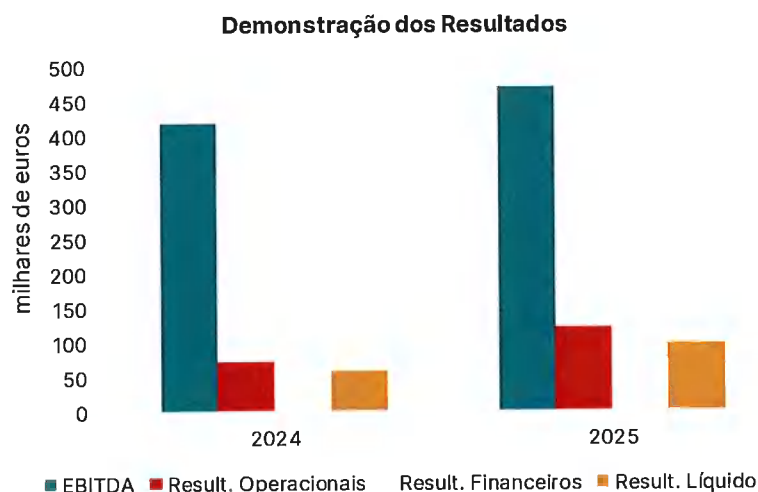
No lado do Passivo, ressaltam as rubricas relativas a Outras dívidas a pagar não correntes (756,2 mil euros), que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C, e os Diferimentos (259 mil euros) do passivo corrente.

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010.



No que respeita ao Capital Próprio da entidade, o capital subscrito manteve-se nos 100.000,00 euros e na rubrica Outros instrumentos de capital próprio encontram-se reconhecidas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 8,7 milhões de euros, que reduziu, em 2025 e por via do reembolso, 425 mil euros (em 2024 já haviam sido efetuados reembolsos no valor de 450 mil euros).

Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante inicial de 3,4 milhões de euros, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Após a fusão em 2015, foi ali também considerado o subsídio governamental obtido pela **valicom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim no mesmo âmbito e no valor inicial de 4,6 milhões de euros. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira nos 90%.



No que concerne à operação económica da entidade em 2025, a contínua cooperação entre os acionistas públicos e privados da entidade foi fundamental para o alcance de resultados operacionais positivos em 2025. O EBITDA da entidade cifrou-se em 467,7 mil euros, o que representa uma notável evidência da sustentabilidade operacional da **minhocom**, permitindo margem EBITDA de 79%.

O volume de negócios rondou os 592,3 mil euros no ano (-10,2 mil euros face a mesmo período de 2024), que permitiu à entidade atingir um Resultado Líquido do Período positivo de 96,6 mil euros (+67,7% face a 2024).

2.2. Principais Indicadores

Apesar deste ligeiro decréscimo no volume de negócios, a **minhocom** manteve um crescimento no resultado líquido do período, mantendo uma excelente performance da sua atividade operacional, como refletem positivamente os seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2024	2025
Indicadores Económicos		
EBITDA (€)	417.794	467.667
EBITDA (%)	69,3%	79,0%
Fluxo Caixa atividades operacionais (€)	453.403	440.981
Indicadores Financeiros		
Autonomia Financeira	89,4%	89,9%
Liquidez Geral	33,2%	33,2%
Solvabilidade Total	844,3%	890,0%
Indicadores de Rentabilidade		
Margem Bruta das Vendas	100,0%	100,0%
Rentabilidade das Vendas	9,56%	16,31%
Rentabilidade do Ativo Total	0,49%	0,87%

Salienta-se que, não só a **minhocom** obteve um notável rácio de autonomia financeira (89,9%), como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após a data de fecho do período, verificaram-se fenómenos meteorológicos adversos de natureza excecional, com especial impacto em zonas específicas do país, suscetíveis de gerar impactos económicos e operacionais em determinados setores da economia. Atendendo à proximidade temporal desses acontecimentos e à incerteza associada à sua evolução, não foi possível, à data, quantificar de forma fiável os seus eventuais efeitos na atividade da Entidade.

Não obstante, com base na análise efetuada até à presente data, o Conselho de Administração considera que não existem indícios de impactos materiais que justifiquem ajustamentos às demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Até à data, não são conhecidos quaisquer outros factos relevantes que devam ser registados.

4. Perspetivas futuras

As projeções apontam para um crescimento da economia portuguesa em 2026 de 2,2%. Tal como nos últimos anos, a economia beneficiará do alívio das condições financeiras e tem subjacente uma aceleração da procura externa e uma execução dos fundos europeus. A inflação continuará a diminuir, convergindo para 2,0%, tal como na zona euro, e em conformidade com o objetivo do Banco Central Europeu, assim a economia portuguesa continuará a crescer acima da área do euro. A execução

eficiente dos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a terminar em 2026, e a implementação das reformas que lhe estão associadas, constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento potencial.

Com efeito, o desempenho consistente e sólido da **minhocom** ao longo dos últimos anos confirma o êxito do modelo de negócio que tem vindo a desenvolver. Este modelo distingue-se pela sua inovação e pioneirismo, posicionando a empresa na vanguarda do setor das telecomunicações em Portugal. A abordagem estratégica adotada não só tem permitido responder eficazmente às dinâmicas do mercado, como também tem impulsionado um crescimento sustentável e consolidado a reputação da entidade como um agente transformador e líder no seu segmento.

Nos últimos anos, os padrões de consumo dos clientes finais no setor das telecomunicações têm registado um crescimento sustentado, refletindo uma maior exigência em termos de largura de banda, latência e volume de dados transmitidos. Este aumento é impulsionado pela crescente diversidade de aplicações e pela criticidade dos processos suportados pelas redes de telecomunicações. Neste contexto, a aceleração da transformação digital em todos os setores da sociedade, alavancada pela inovação, pela utilização responsável das tecnologias e pela busca contínua de eficiência, configura um cenário favorável ao crescimento da procura pelos serviços da **minhocom**. A empresa assenta a sua oferta numa rede aberta, tecnologicamente avançada e partilhada entre os seus clientes, garantindo uma resposta eficaz às necessidades do mercado.

Por isso, tendo em vista o crescimento do seu negócio, é ambição da entidade aumentar de forma consistente os serviços prestados e a excelência do serviço ao cliente, bem como a área geográfica de atuação.

Assim, no decorrer do período de 2026 espera-se que os promotores da **minhocom**, bem como as entidades locais de interesse público para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede de fibra ótica de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da **minhocom**, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

5. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

- **Gestão dos riscos financeiros**

A atividade da entidade está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A gestão do risco implica a identificação, avaliação e realização de coberturas de riscos financeiros com base nos princípios definidos pelo Conselho de Administração, entre os quais o risco de taxa de juro e de crédito.

- **Risco de mercado**

A entidade não identifica nenhuma situação específica ao nível do seu risco de mercado, nomeadamente no que respeita à procura ou aos produtos e serviços transacionados que possa vir a afetar de forma significativa a sua atividade futura. No entanto, os conflitos armados atuais (Rússia/Ucrânia e Médio Oriente) continuam a provocar uma escalada dos preços dos combustíveis e das matérias-primas, que poderá ter impacto na situação económica da entidade.

- **Risco de taxa de juro**

O Conselho de Administração da entidade não considera, atualmente, a hipótese de cobertura de risco relativamente à variação da taxa de juro, na medida em que as suas demonstrações financeiras à presente data não são afetadas pela mesma.

- **Risco de crédito**

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes das transações decorrentes da atividade. O risco de crédito é avaliado tendo em conta o histórico de relação comercial, a situação financeira do devedor, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da entidade.

Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário.

- **Risco de liquidez**

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é acompanhado semanalmente.

- **Risco de capital**

O objetivo primordial do Conselho de Administração é assegurar a continuidade das operações. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura adequada dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2025 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Ações próprias

No decurso do período de 2025 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2025, a sociedade não detinha ações próprias.

8. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

9. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2025, positivo no valor de 96.612,52 euros (noventa e seis mil, seiscentos e doze euros e cinquenta e dois cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados.

10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a **minhocom** não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da **minhocom** perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a **minhocom** informa que os honorários praticados pelos respetivos órgãos de fiscalização (Fiscal Único) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 31 de março de 2026.

12. Impacto dos conflitos armados e da guerra comercial nas demonstrações financeiras

O cenário geopolítico internacional permanece marcado por elevados níveis de incerteza, decorrentes da persistência de conflitos armados, do agravamento das tensões no Médio Oriente e de alterações nas orientações de política geoestratégica e comercial das principais economias globais. A guerra na Ucrânia, prolongada há mais de quatro anos, continua a impactar a economia mundial, nomeadamente ao nível da inflação, dos preços da energia e das cadeias de abastecimento, com particular incidência na área do euro, não se antecipando uma resolução estrutural no curto prazo.

Em paralelo, o conflito entre Israel e a Palestina intensificou-se, com o alargamento das tensões regionais a outros atores do Médio Oriente, incluindo o Irão, contribuindo para um clima de instabilidade prolongada com reflexos nas relações diplomáticas, económicas e comerciais globais, incluindo na União Europeia. Acresce a instabilidade política na América Latina, em particular na Venezuela, marcada pelo agravamento das tensões internas, pelo reforço de sanções internacionais e pelo isolamento diplomático.

Adicionalmente, o crescente debate geoestratégico em torno de territórios de elevado valor estratégico, como a Gronelândia, bem como o reforço de políticas comerciais protecionistas por parte dos Estados Unidos da América, têm vindo a aumentar a volatilidade e a incerteza nos mercados internacionais. Estas dinâmicas afetam a confiança de consumidores e empresas, condicionando o investimento e o crescimento económico global.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da Entidade, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

13. Nota final

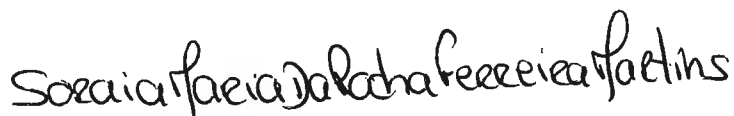
O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a **minhocom**. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, em 31 de março de 2026

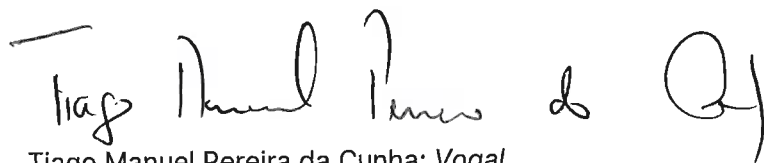
O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

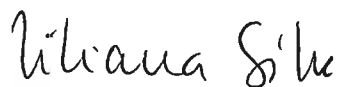


Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins; *Vogal e Administrador Executivo*

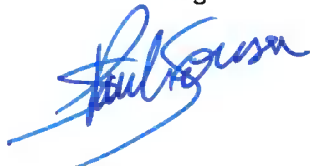


Tiago Manuel Pereira da Cunha; *Vogal*

Liliana Sofia Bouça da Silva; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*





B) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal e Administrador Executivo: Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins

Vogal: Tiago Manuel Pereira da Cunha

Vogal: Liliana Sofia Bouça da Silva

Vogal: Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Olegário Gomes Gonçalves

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)

C) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2025 e à presente data, os membros do Órgão de Gestão e de fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade e, durante o período de 2025, não fizeram quaisquer aquisições ou alienações de ações da entidade.

Valença, 31 de março de 2026

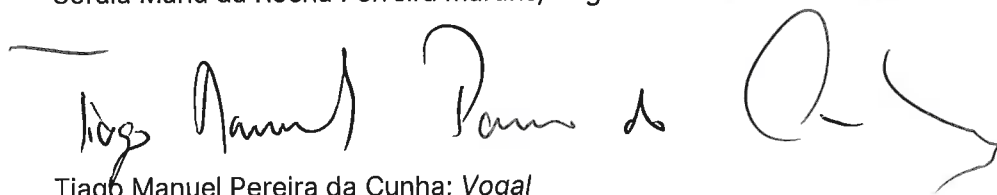
O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins; *Vogal e Administrador Executivo*

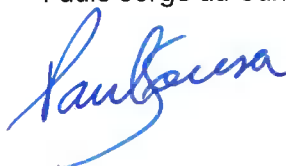


Tiago Manuel Pereira da Cunha; *Vogal*

Liliana Sofia Bouça da Silva; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*



D) Demonstrações Financeiras

Balção individual em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	11.016.025,21	11.575.216,38
		11.016.025,21	11.575.216,38
Ativo corrente			
Cientes	7	76.657,82	96.857,84
Estado e outros entes públicos	9	-	4.991,52
Outros créditos a receber	8	4.890,93	7.549,10
Diferimentos	10	803,55	803,55
Caixa e depósitos bancários	4	39.966,37	23.985,69
		122.318,67	134.187,70
Total do ativo		11.138.343,88	11.709.404,08
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	8.688.597,46	9.113.597,46
Reservas legais	13	20.000,00	20.000,00
Resultados transitados	14	(2.287.632,05)	(2.345.242,11)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15	3.395.722,03	3.523.460,82
Resultado líquido do período		96.612,52	57.610,06
Total do capital próprio		10.013.299,96	10.469.426,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	17	756.223,30	836.327,46
		756.223,30	836.327,46
Passivo corrente			
Fornecedores	16	24.849,38	58.316,58
Estado e outros entes públicos	9	25.059,19	8.107,70
Outras dívidas a pagar	17	59.762,57	47.248,75
Diferimentos	10	259.149,48	289.977,36
		368.820,62	403.650,39
Total do passivo		1.125.043,92	1.239.977,85
Total do capital próprio e do passivo		11.138.343,88	11.709.404,08

Valença, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

ST *Mr. N. K. K.*
 SM *Soraia Maria da Rocha Ferreira Paetins*
 TC *Thap Ammél Duran do S.*
 LS *Liliana Silva*
 RS *Raul Gama*

Daniela Filipa da Silva Pires

Demonstração individual dos Resultados por Naturezas – período findo em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	592.295,25	602.468,85
Fornecimentos e serviços externos	19	(121.163,30)	(170.855,89)
Gastos com o pessoal	20	(49.081,42)	(41.271,42)
Outros rendimentos	21	48.796,87	30.310,70
Outros gastos	22	(3.180,75)	(2.858,33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		467.666,65	417.793,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 15	(347.106,53)	(347.106,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		120.560,12	70.687,54
Resultado antes de impostos		120.560,12	70.687,54
Imposto sobre o rendimento do período	23	(23.947,60)	(13.077,48)
Resultado líquido do período		96.612,52	57.610,06
Resultado por ação básico		4,83	2,88

Valença, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

JT *João A. Silva*
 SM *Sociedade da Rocha Ferreira Martins*
 TC *Tróp. Manuel Pimenta de Qf*
 LS *Liliana Silva*
 RS *Raul Sousa*

Daniela Filipa da Silva Pires

Demonstração individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2025

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2025		100.000,00	9.113.597,46	20.000,00	(2.345.242,11)	3.523.460,82	57.610,06	10.469.426,23
Alterações no período								
Aplicação do resultado do período de 2024				-	57.610,06		(57.610,06)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:								
Método de equivalência patrimonial						(212.084,64)		(212.084,64)
Subsídios ao investimento - Imputação a resultados do período						84.345,85		84.345,85
Ajustamento em subsídios	15	-	-	-	57.610,06	(127.738,79)	(57.610,06)	(127.738,79)
Resultado líquido do período							96.612,52	96.612,52
Resultado Integral							96.612,52	96.612,52
Operações com detentores de capital no período								
Prestações acessórias	12	-	(425.000,00)	-	-	-	-	(425.000,00)
		-	(425.000,00)	-	-	-	-	(425.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2025		100.000,00	8.688.597,46	20.000,00	(2.287.632,05)	3.395.722,03	96.612,52	10.013.299,96

Valença, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

-51 *[assinatura]**Daniela Filipa da Silva Fries*

SM Soraia Pereira da Rocha Ferreira Martins

TL Tago Manuel Pires do Oj

LS Liliana Silva

PS *[assinatura]*

Demonstração individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2024

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2024		100.000,00	9.563.597,46	20.000,00	(2.426.279,14)	3.646.967,35	81.037,03	10.985.322,70
Alterações no período								
Aplicação do resultado do período de 2023					81.037,03		(81.037,03)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:								-
Método de equivalência patrimonial						(212.084,64)		(212.084,64)
Subsídios ao investimento - Imputação a resultados do período	15					88.578,11		88.578,11
Ajustamento em subsídios						(123.506,53)	(81.037,03)	(123.506,53)
Resultado líquido do período					81.037,03		57.610,06	57.610,06
Resultado Integral							57.610,06	57.610,06
Operações com detentores de capital no período								
Prestações acessórias	12		(450.000,00)					(450.000,00)
			(450.000,00)					(450.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2024		100.000,00	9.113.597,46	20.000,00	(2.345.242,11)	3.523.460,82	57.610,06	10.489.426,23

Valença, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela Filipa da Silva Fries

W. A. B.

SM Socia Patricia da Rocha Ferreira Freitas

TL Trop Nand Puro de (Q-)

LS Lihana Silva

PS Paul Gaur

Anexo em 31 de dezembro de 2025



1. Identificação da entidade

Designação da entidade: **minhocom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim

Sede social: Avenida Miguel Dantas, n.º 69, Valença

Data de constituição: 20 de março de 2008

N.º de contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61101-R4 - Atividades de telecomunicações por cabo

Designação da empresa-mãe: Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da **minhocom** são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do

minhocom
bi-
P.8
\$
D

SNC, a entidade é considerada uma microentidade. No entanto, a entidade exerceu a opção prevista no n.º 2 do art.º 9.º - D daquele diploma, aplicando o regime geral composto pelas NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras anexas foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das entidades.

3.1.2. Regime de acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas "Diferimentos", "Outros créditos a receber" ou "Outras dívidas a pagar".

minhocom
h
h

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

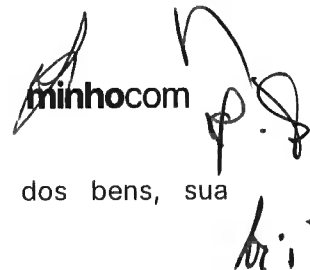
As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de



minhocom

aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens, sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontram disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis estimadas, assim como as consequentes taxas de depreciação utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29
Equipamento administrativo	1 a 8	12,5 a 100

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao custo amortizado, substancialmente igual ao valor nominal, e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um *spread*; e
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Adiantamentos a fornecedores

Estes saldos são reconhecidos pelo respetivo custo deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo custo amortizado, substancialmente igual ao seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao valor nominal, que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

Letras descontadas

A entidade desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a entidade reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, reconhecendo no passivo na rubrica “Financiamentos obtidos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Ativos financeiros

A entidade utiliza o modelo do justo valor na valorização de ações detidas em entidades cotadas em mercado regulamentado, cujo justo valor é possível ser obtido e determinado de forma viável.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efetiva nos termos da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura as partes efetivas dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura (parágrafo 42 da NCRF 27).

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro são reconhecidas no capital próprio (parágrafo 42 da NCRF 27), na rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" na sua componente efetiva, e em resultados, na rubrica "Aumentos/reduções por justo valor", na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica "Ajustamentos em

ativos financeiros" são transferidos para resultados para a rubrica "Aumentos/reduções por justo valor" no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura é apresentada no balanço em "Outros ativos financeiros" ou em "Outros passivos financeiros" consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e, nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Diferimentos - Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.7. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos, designadamente com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos/outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento. No passivo, na rubrica "Outras dívidas a pagar" (conta 28 - "Rendimentos a reconhecer"), reconhece-se a parte correspondente a subsídios à exploração (subsídios relacionados com rendimentos).

3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" ou "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

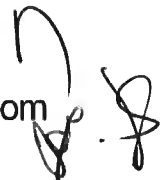
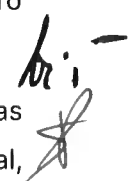
Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico,

 **minhocom** 


uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2022 a 2025, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- (i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- (ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, inventários e ativos fixos tangíveis; e
- (iii) estimativa de férias de subsídio de férias a liquidar em 2026; e
- (iv) análise da necessidade de reconhecimento de provisões.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	-	-
Depósitos bancários	39.966,37	23.985,69
Total de caixa e depósitos bancários	39.966,37	23.985,69

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa mãe e outras entidades relacionadas

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho	51,01%
dstelecom, s.a.	48,99%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais saldos entre a entidade, acionistas e associadas são os seguintes:

Empresas do grupo	31.12.2025	31.12.2024
Empresas associadas		
dstelecom, s.a.	23.855,92	(9.522,87)
derivadas e segmentos, s.a.	-	2.356,25
dstelecom, norte, s.a.	4.002,00	2.124,33
dstelecom, alentejo e algarve, s.a.	2.668,02	1.416,22
	30.525,94	(3.626,07)

Durante o período de 2025, as principais transações entre a entidade, acionistas, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas do grupo	2025		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas associadas			
dstelecom, s.a.	(223.677,36)	7.819,36	(17.146,64)
derivadas e segmentos, s.a.	(2.397,97)	-	-
dstelecom, norte, s.a.	(105.066,60)	-	(21.816,70)
	(331.141,93)	7.819,36	(38.963,34)

Durante o período de 2024, as principais transações entre a entidade, acionistas, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas do grupo	2024		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas associadas			
dstelecom, s.a.	(223.677,36)	79.145,88	-
derivadas e segmentos, s.a.	(8.531,32)	-	-
dstelecom, norte, s.a.	(105.066,60)	-	(21.816,70)
	(337.275,28)	79.145,88	(21.816,70)

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no período das suas funções durante o período de 2025 foram 2.952,00 euros (IVA incluído) e respeitam unicamente a serviços de revisão legal das contas do Fiscal Único (ROC).

c) Não existem compromissos não reconhecidos.

d) Não foram efetuados ajustamentos de dívida de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período a junho de 2025, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	8.635.387,27	1.860.199,91	10.700,51	10.506.287,69
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	11.575.216,38	-	-	11.575.216,38
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,17)	-	-	(559.191,17)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	559.191,17	-	-	559.191,17
Depreciações	559.191,17	-	-	559.191,17
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
5.5 Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	11.016.025,21	-	-	11.016.025,21

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2024, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	8.076.196,26	1.860.199,91	10.700,51	9.947.096,68
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	12.134.407,39	-	-	12.134.407,39
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,01)	-	-	(559.191,01)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	559.191,01	-	-	559.191,01
Depreciações	559.191,01	-	-	559.191,01
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
5.5 Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	11.575.216,38	-	-	11.575.216,38

Nos períodos de 2025 e de 2024, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2025			2024		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(559.191,17)	212.084,64	(347.106,53)	(559.191,01)	212.084,64	(347.106,37)
	(559.191,17)	212.084,64	(347.106,53)	(559.191,01)	212.084,64	(347.106,37)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Clientes c/c	76.657,82	96.857,84
Clientes de cobrança duvidosa	13.962,35	13.962,35
	90.620,17	110.820,19
Perdas por imparidade acumuladas	(13.962,35)	(13.962,35)
	76.657,82	96.857,84

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Reclamadas judicialmente	13.962,35	13.962,35
	13.962,35	13.962,35

O prazo médio de recebimento de clientes em 2025 e 2024 foi de 38,41 dias e 47,71 dias, respetivamente.

8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	-	4.589,76
Outros	4.890,93	-
	4.890,93	4.589,76
Outros devedores	-	2.959,34
	4.890,93	7.549,10

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Imposto sobre rendimento	-	4.991,52
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
	-	4.991,52
Passivo		
Imposto sobre rendimento	12.895,60	-
Retenção de impostos sobre rendimento	840,00	-
Imposto sobre o valor acrescentado	9.655,60	8.107,70
Contribuições para a Segurança Social	1.667,99	-
	25.059,19	8.107,70

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Gastos a reconhecer		
Outros gastos	803,55	803,55
	803,55	803,55
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	259.149,48	289.977,36
	259.149,48	289.977,36

A **minhocom** havia celebrado dois contratos com faturação antecipada, pelo que o valor apresentado na rubrica Serviços a prestar nos próximos anos já faturados absorve os valores a reconhecer até 2028 e 2029 respetivamente.

11. Capital subscrito

O capital societário da entidade encontra-se totalmente subscrito e realizado e manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, com o valor nominal unitário de cinco euros.

12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo acionista privado no valor de 8.688.597,46 euros, que não vencem juros e que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

De acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral no dia 06/05/2016 de proceder à restituição das prestações acessórias mediante disponibilidade de tesouraria, desde que cumpridos os requisitos legais aplicáveis, no período foram restituídas prestações acessórias no montante de 425.000,00 euros.

13. Reservas

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Reservas legais	20.000,00	20.000,00
	20.000,00	20.000,00

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Entidade. Todavia pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a reserva legal já tem o valor mínimo exigido.

14. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Resultados transitados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Resultados transitados	(2.287.632,05)	(2.345.242,11)
	(2.287.632,05)	(2.345.242,11)

A alteração ocorrida no período compreende a aplicação do resultado líquido do período anterior, tal como aprovado em Assembleia Geral de acionistas.

15. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 euros.

Após a fusão com a entidade **valicom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim, em 2015, foi ali também considerado o subsídio governamental obtido por aquela entidade no mesmo âmbito e no valor de 4.635.228,64 euros.

O valor total do subsídio encontra-se reconhecido na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser imputado na demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2025, o valor reconhecido, foi de 212.084,64 euros.

No presente período, esta rubrica, que se encontra líquida do imposto a pagar (ajustamento em subsídios), foi ainda ajustada no montante de 41.928,61 euros decorrente da atualização da taxa de IRC a vigorar nos períodos seguintes (19%).

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores c/c	24.849,38	58.316,58
	24.849,38	58.316,58

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2025	31.12.2024
Passivo não corrente		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	756.223,30	836.327,46
	756.223,30	836.327,46
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	1.824,00	-
Remunerações a pagar	5.445,00	-
Fornecimentos e serviços externos	-	2.711,00
Outros acréscimos de gastos	12.197,51	-
Ajustamentos em subsídios ao investimento	40.296,06	44.537,75
	59.762,57	47.248,75

18. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2025 e de 2024, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2025			2024		
	mercado interno	mercado externo	Total	mercado interno	mercado externo	Total
Serviços prestados	592.295,25	-	592.295,25	602.468,85	-	602.468,85
	592.295,25	-	592.295,25	602.468,85	-	602.468,85

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2025 e de 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Subcontratos	12.725,00	9.264,36
Eletricidade	91.060,46	72.519,02
Combustíveis	130,27	-
Rendas e alugueres	810,00	70.355,88
Comunicação	-	201,00
Seguros	4.462,21	4.332,60
Contencioso e notariado	439,00	838,00
Conservação e reparação	-	(18,75)
Trabalhos especializados	10.219,36	12.000,00
Licenças de software	1.317,00	1.363,78
	121.163,30	170.855,89

20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

20.1. Pessoas ao serviço

Os valores apresentados são médios:

	2025	2024
Administradores	5	4
Empregados	-	-
	5	4

20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2025 e de 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	39.368,00	35.030,44
Encargos sobre remunerações	9.025,00	5.777,90
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	630,56	405,22
Gastos de ação social	57,86	57,86
	49.081,42	41.271,42

21. Outros rendimentos

Nos períodos de 2025 e de 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Rendimentos suplementares	48.796,86	29.252,63
Excesso de estimativa para impostos	0,01	1.058,07
	48.796,87	30.310,70

22. Outros gastos

Nos períodos de 2025 e de 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Impostos e taxas	2.580,00	2.580,00
Multas e penalidades	126,39	46,21
Serviços bancários	474,36	232,12
	3.180,75	2.858,33

23. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

Descrição	2025	2024
1 Resultado antes de impostos	120.560,12	70.687,54
2 Imposto corrente	23.947,60	13.077,48
3 Imposto diferido	-	-
4 Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	23.947,60	13.077,48
5 Tributações autónomas	-	470,84
6 Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento (6=(2+3)/1*100)	19,86%	18,50%

24. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data de fecho do período, verificaram-se fenómenos meteorológicos adversos de natureza excecional, suscetíveis de gerar impactos económicos e operacionais em determinados setores da economia. Atendendo à proximidade temporal desses acontecimentos e à incerteza associada à sua evolução, não foi possível, à data, quantificar de forma fiável os seus eventuais efeitos na atividade da Entidade.

Não obstante, com base na análise efetuada até à presente data, o Conselho de Administração considera que não existem indícios de impactos materiais que justifiquem ajustamentos às demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Até à data, não são conhecidos quaisquer outros factos relevantes que devam ser registados.

The image shows a handwritten signature in black ink, with the word "minhocom" printed in bold black letters below it. To the right of the signature, there is a blue ink stamp that appears to be a stylized signature or set of initials.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a **minhocom** não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da **dstelecom** perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, da **minhocom** informa que os honorários praticados pelos respetivos órgãos de fiscalização (Fiscal Único) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

26. Impacto dos conflitos armados e da guerra comercial nas demonstrações financeiras

O cenário geopolítico internacional permanece marcado por elevados níveis de incerteza, decorrentes da persistência de conflitos armados, do agravamento das tensões no Médio Oriente e de alterações nas orientações de política geoestratégica e comercial das principais economias globais. A guerra na Ucrânia, prolongada há mais de quatro anos, continua a impactar a economia mundial, nomeadamente ao nível da inflação, dos preços da energia e das cadeias de abastecimento, com particular incidência na área do euro, não se antecipando uma resolução estrutural no curto prazo.

Em paralelo, o conflito entre Israel e a Palestina intensificou-se, com o alargamento das tensões regionais a outros atores do Médio Oriente, incluindo o Irão, contribuindo para um clima de instabilidade prolongada com reflexos nas relações diplomáticas, económicas e comerciais globais, incluindo na União Europeia. Acresce a instabilidade política na América Latina, em particular na Venezuela, marcada pelo agravamento das tensões internas, pelo reforço de sanções internacionais e pelo isolamento diplomático.

Adicionalmente, o crescente debate geoestratégico em torno de territórios de elevado valor estratégico, como a Gronelândia, bem como o reforço de políticas comerciais protecionistas por parte dos Estados Unidos da América, têm vindo a aumentar a volatilidade e a incerteza nos mercados internacionais. Estas dinâmicas afetam a confiança de consumidores e empresas, condicionando o investimento e o crescimento económico global.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da Entidade, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da



continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

br: -

27. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 31 de março de 2026.

Valença, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração,

Contabilista Certificada n.º 87721,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Daniela Filipa da Silva Pires

Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins; *Vogal e Administrador Executivo*

Tiago Manuel Pereira da Cunha; *Vogal*

Liliana Sofia Bouça da Silva; *Vogal*

Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*

E) Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.138.343,88 euros e um total de capital próprio de 10.013.299,96 euros, incluindo um resultado líquido do período de 96.612,52 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M., em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO e MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na GJVM n.º 20161459
NIPC 503 951 843 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
jmm sroc

Escritório

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 621

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 750





- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 31 de março de 2026.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 843 | Capital Social 5 000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC, ACE

Agência Jmm Portugal

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-276 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro n.º 31 60C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 651 F(+351) 253 213 769

Jmm



F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.

ENQUADRAMENTO

Nos termos das disposições legais e estatutárias e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o presente Relatório e Parecer que abrange a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida no período de 2025 e o relatório de gestão e as contas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M. ("Entidade") relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do órgão de gestão.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento no normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do órgão de gestão e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, todos referentes ao período findo naquela data. Adicionalmente, apreciamos o teor do relatório de gestão do período findo em 31 de dezembro de 2025 preparado e apresentado pelo órgão de gestão, o qual contém uma proposta de aplicação do resultado do período findo naquela data. Como consequência do nosso trabalho, emitimos a Certificação Legal das Contas em 31 de março de 2026, com opinião não modificada (sem reservas), sem ênfases, sem outras matérias e sem Incerteza material relacionada com a continuidade, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

AGRADECIMENTOS

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao órgão de gestão e aos serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 31 de março de 2026.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 651 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC ACE

Jmm SROC

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º P.º, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4716-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 051 F(+351) 253 213 759